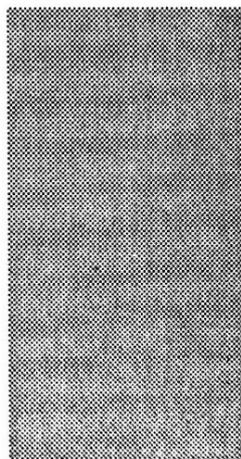


*Wilson Sandano(\*)*

## ***Educação e sociedade (\*\*)***

(\*) Professor de Princípios e Métodos de Supervisão Escolar e de Sociologia da Educação na Universidade de Sorocaba - UNISO. Mestre em Educação pela UNIMEP.

(\*\*) Adaptação de monografia apresentada à disciplina *Fundamentos histórico-filosóficos da Educação* no Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba - Doutorado em Educação.



**RESUMO**

O Autor pretende, neste artigo, analisar as relações existentes entre a educação escolar e a sociedade, utilizando-se dos princípios do materialismo histórico, enquanto método para a compreensão da realidade para além de sua aparência imediata, e, de um modo particular, do pensamento de Gramsci.

**ABSTRACT**

*In this article the author intends to analyze the existing relationship between school education and society, by using principles of historical materialism as a method to understand reality beyond its immediate aspects and, in a particular way, beyond Gramsci's thought.*

Pretendemos, neste trabalho, examinar as relações existentes entre educação e sociedade.

Para tanto, iremos utilizar os princípios do materialismo histórico, enquanto método para a compreensão da realidade para além de sua aparência imediata.

Esta utilização deve-se ao fato de Marx continuar sendo não apenas uma referência válida para a compreensão do mundo atual, mas a principal referência<sup>1</sup>. A vitalidade do marxismo se expressa pela persistência dos problemas por ele formulados e por sua capacidade de crítica à sociedade burguesa.

No entender de Miguel Reale, reconhecidamente um autor não-marxista, quando se fala, em nossos dias, em “morte do marxismo”, não se está falando da morte da filosofia de Marx como tal, que é, para ele, uma das grandes posições teóricas de todos os tempos<sup>2</sup>.

Este mesmo Autor afirma que o marxismo não está morto em razão de, pelo menos, um ideal de igualdade, enquanto perdurar a miséria em 2/3 da humanidade<sup>3</sup>.

O núcleo da teoria marxista é o materialismo histórico, uma expressão que designa o corpo central da concepção materialista da história, núcleo da teoria marxista. Ele nasceu da extensão do materialismo dialético<sup>4</sup> à sociedade e como fruto de sua aplicação ao conhecimento da vida social.

Nesta perspectiva, a sociedade surge por força da atividade dos homens, que são, ao mesmo tempo, um produto da História, das relações sociais. Somente em relação com seus semelhantes o homem pôde destacar-se do mundo animal e tornar-se ser humano.

MARX nos diz:

*Que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Podem os homens escolher livremente esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado nível de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde uma determinada forma de comércio e de consumo.*

---

1. SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991.

2. REALE, Miguel. **De Tancredo a Collor**. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 177.

3. REALE, Miguel, op. cit., p. 184.

4. O materialismo dialético é considerado a filosofia do marxismo, enquanto que o materialismo histórico, a ciência marxista (BOTTOMORE, Tom [ed.]. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 258).

*A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem formas de constituição social, uma determinada organização da família, dos estamentos ou das classes; em uma palavra, uma determinada sociedade civil<sup>5</sup>.*

No entanto, estas relações sociais não se resumem, apenas, ao aspecto da estrutura econômica. Devem, também, ser considerados, na sua análise, os aspectos da superestrutura.

Aliás, para GRAMSCI, o materialismo histórico não deve ser considerado como a ciência da estrutura econômica, mas como articulação complexa da teoria e da prática, na relação estrutura-superestrutura. GRAMSCI, diferentemente de MARX, considera a sociedade civil como pertencente ao momento da superestrutura<sup>6</sup>. É sob este enfoque que procuraremos conduzir este texto.

*A relação estrutura-superestrutura se apresenta para GRAMSCI como o problema crucial do materialismo histórico. No estudo da estrutura haveria que distinguir, sempre, os movimentos mais de tendência (permanentes) dos movimentos mais transitórios (ocasionais, conjunturais). Não perceber essas distintas dimensões na análise histórica, bem como não perceber a relação entre elas conduz, de um lado, ao excesso de economicismo, à supervalorização das causas mecânicas e, de outro, ao excesso de ideologismo, isto é, à supervalorização do elemento voluntário e individual<sup>7</sup>.*

Em conseqüência, a nossa análise será assim subdividida:

1. A estrutura econômica;
2. A superestrutura;
3. Uma teoria com vistas à transformação social;
4. A educação;
5. Conclusões.

## 1. A ESTRUTURA ECONÔMICA

Do ponto de vista do materialismo histórico, a sociedade é concebida em duas estruturas:

---

5. MARX, Karl. Carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846. In HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1983, p. 274-275.

6. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5ª ed. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 20.

7. PAMPLONA, Marco Antônio Villela. A questão escolar e a hegemonia como relação pedagógica. In **CADERNOS CEDES 3. Educação e política: Gramsci e o problema da hegemonia**. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez: CEDES, 1989, p. 5.

a) uma, chamada de estrutura econômica, que é o conjunto das relações de produção;

b) outra, chamada de superestrutura, que se refere às instituições jurídico-políticas, às formas de consciência social, ou melhor, ao nível ideológico.

Com relação à estrutura, podemos dizer que ela é a totalidade articulada composta por um conjunto de relações internas e estáveis que determinam a função que os elementos desempenham dentro da totalidade.

*O fundamental no conceito marxista de estrutura é o tipo de relação que se estabelece entre os diferentes elementos do todo. Não a relação de um elemento isolado com o todo, mas as diferentes relações que se estabelecem entre os elementos que são as que determinam, em última instância, o tipo de organização do todo<sup>8</sup>.*

Esta concepção marxista de estrutura, que é composta de estruturas menores, tem uma espécie de equilíbrio instável e contraditório, o que necessariamente conduzirá à sua superação histórica e a nova estruturação.

Esta estrutura econômica, chamada por MARX e ENGELS de infra-estrutura ou base, deve ser objeto, para o materialismo histórico, de um estudo pormenorizado e rigoroso, pois, a partir dela, podemos compreender os demais níveis da sociedade.

A estrutura é constituída por suas relações de produção. Para que possamos melhor entendê-la, não devemos nos esquecer de que vivemos em uma sociedade capitalista<sup>9</sup> e que o conceito de processo de produção é o conceito sobre o qual se constrói a teoria do materialismo histórico.

O processo de produção é constituído do processo de trabalho e das relações de produção.

O processo de trabalho é todo processo de transformação de um objeto, em estado natural ou não, em um produto determinado, sendo que esta transformação é efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados.

Os meios de trabalho podem ser distinguidos em:

---

8. HARNECKER, Marta, op. cit., p. 87.

9. Capitalismo é "... um conjunto de relações sociais que, ao transformar o servo em trabalhador livre, coletivizou o trabalho, desenvolveu a indústria, requereu uma nova habilitação no interior da fábrica e se expandiu através da divisão internacional do trabalho.

Esta tendência, própria do capitalismo, não se confinou a regiões delimitadas. Ela se universalizou, redefinindo as relações sociais, avançando em todos os espaços" (CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p. 17).

a) Sentido restrito, que constituem o que o trabalhador interpõe diretamente entre ele e o objeto sobre o qual trabalha. São eles os elementos mais significativos do processo de trabalho, pois, assinalando o tipo de atividade que os indivíduos devem realizar para a fabricação dos produtos, determinam o tipo de relação que se estabelece entre o trabalhador e os meios de produção<sup>10</sup>.

b) Sentido amplo, que são todas as condições materiais que, sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis à sua realização.

c) Atividade humana utilizada no processo de trabalho, que é chamada de trabalho<sup>11</sup>.

Os homens, em seu processo de trabalho, não estão sós ou isolados, mas estabelecem, entre si, relações de colaboração e ajuda mútua, ou de exploração, ou de transição entre os dois extremos. São estas relações que determinam o caráter que o processo de trabalho assume em uma sociedade historicamente determinada. A estas relações se dá o nome de relações de produção.

Para que se possa entendê-las, temos que distinguir entre dois tipos de trabalho:

a) o individual, que é realizado por um trabalhador isoladamente, transformando matéria-prima em um produto<sup>12</sup> determinado, como o artesão ou o pequeno produtor camponês;

b) o cooperativo, que se realiza com a participação de diversos trabalhadores.

Esta cooperação pode-se dar de uma forma simples, onde todos os trabalhadores realizam a mesma tarefa ou tarefas muito semelhantes; ou de forma complexa, que se estabelece sobre a base de uma divisão técnica do trabalho<sup>13</sup>.

Este processo técnico de produção não existe isoladamente das condições sociais que o tornam possível: em uma sociedade concreta, é possível constatar que há indivíduos proprietários dos meios de produção e outros que para eles trabalham (os produtores, os trabalhadores).

A estas relações entre os proprietários e os produtores (trabalhadores) dá-se o nome de relações sociais de produção, que se classificam em:

a) de colaboração recíproca: quando existe uma propriedade social dos meios de produção e quando nenhum setor da sociedade vive da exploração de outro;

---

10. Os meios de produção "são constituídos pelo objeto sobre o qual se trabalha e por todos os meios de trabalho em sentido amplo" (MARX in HARNECKER, , Marta, op. cit., p. 34).

11. Trabalho distingue-se de força de trabalho. Esta é a energia humana empregada no processo de trabalho, enquanto que aquele é o seu rendimento.

12. Ao objeto final criado no processo de trabalho dá-se o nome de produto.

13. Divisão técnica do trabalho significa a divisão do trabalho dentro de um mesmo processo de produção.

b) de explorador-explorado: quando os proprietários dos meios de produção vivem do trabalho dos trabalhadores. Estes acham-se totalmente separados dos meios de produção, perdendo o domínio sobre eles.

Estas relações de exploração podem ser:

*(...) as relações de escravidão, nas quais o amo não só é proprietário dos meios de produção, mas também o é da força de trabalho (o escravo), as relações de servidão, nas quais o senhor é proprietário da terra e o servo depende dele e deve trabalhar gratuitamente para ele durante certa quantidade de dias por ano, e, por último, as relações capitalistas, nas quais o capitalista é o proprietário dos meios de produção e o operário deve vender sua força de trabalho para poder viver<sup>14</sup>.*

O processo de trabalho, nas sociedades capitalistas, foi totalmente alterado pelo capital, sendo que, com a introdução da máquina-ferramenta, a partir da revolução industrial, passou a existir uma submissão real do trabalho ao capital<sup>15</sup>.

No processo de produção capitalista, também a força de trabalho se apresenta como mercadoria. Tal como qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho se mede pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, para dar meios necessários à subsistência do trabalhador e de sua família. Como num período determinado, o trabalhador é capaz de produzir mais do que o necessário à sua subsistência e o seu trabalho pode ser dividido em duas partes:

a) a necessária, que é aquela que produz o equivalente ao valor de sua força de trabalho;

b) a excedente ou mais-trabalho, que é a que produz um valor adicional.

Ora, ao empregar o seu dinheiro, o capitalista não tem intenção de obter, após o processo de produção, a mesma quantidade de dinheiro, mas, sim, obter um valor superior ao empregado, isto é, um valor adicional.

Ocorre-nos, então, a questão:

Como podem, com o processo de produção, as mercadorias constituídas pelos meios de produção e pela força de trabalho transformar-se em um valor mais elevado do que a soma de seus valores individuais?

---

14. HARNECKER, , Marta, op. cit. p. 54.

15. Com a revolução industrial, o modo de trabalho baseado, principalmente, na habilidade e destreza humanas é substituído por uma forma de produzir assentada sobre o sistema de máquinas. Com este fato, ocorreram amplas transformações sociais, especialmente na organização do trabalho, onde, com a emergência do sistema de fábrica, há a concentração de uma massa de operários assalariados trabalhando em um único local, com uma disciplina instituída externamente e sob vigilância. Enfim, ocorreu uma nítida deterioração das condições de trabalho (NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 24).

Acontece que a mercadoria força de trabalho tem um valor de uso peculiar: o trabalho é criador de valor. Ele cria mais valor do que o contido na força de trabalho paga pelo capitalista: numa parte de seu dia, o trabalhador cria o valor equivalente ao da sua força de trabalho (trabalho necessário), que é o montante pago pelo capitalista sob a forma de salários. Durante o restante da jornada diária, ele produz um valor adicional que fica nas mãos do capitalista: é o valor produzido pelo trabalho excedente, é a chamada mais-valia, que se constitui no objetivo último do processo de produção capitalista. Sua apropriação pelo capitalista constitui a forma pela qual se dá a exploração do trabalho.

*Ao comprar meios de produção e força de trabalho, o capitalista tem por finalidade a valorização de seu capital. Seu objetivo último é a produção de mais-valia. (...) O processo de produção capitalista só se sustenta, pois, a partir da exploração do trabalho alheio. Da mesma forma, para que o capitalismo se perpetue, é necessário que as relações sociais que se dão no nível de produção sejam relações de exploração dos proprietários dos meios de produção sobre os que dispõem apenas da própria força de trabalho.*

*A exploração do trabalho no processo de produção capitalista (...) se dá, pois, de forma necessária, independentemente da vontade ou da consciência que dela tenham os agentes envolvidos no processo<sup>16</sup>.*

Este é um fato bastante atual, presente com bastante força em nossa realidade brasileira. Apenas como ilustração, vamos transcrever um trecho de um artigo recente sobre o trabalho escravo nas carvoeiras do norte de Minas Gerais:

*Um dos veteranos do carvão, Evaristo de Almeida Costa, 43 anos, 23 destes como "escravo" das carvoeiras, também ainda não teve sua carteira assinada. Ele trabalha no município de Grão Mogol, a 150 km de Montes Claros, para a cadeia de gatos liderada pela siderúrgica MinasLiga (...). Evaristo diz que não tem mais forças para se indignar. Seus pés estão dormentes de tanto pisar no carvão em brasa: "Eu perco o chinelo e nem percebo. Não sei por que eu mereço isto, nunca fiz mal para ninguém." Ele conta que, mesmo trabalhando de sol a sol com a mulher e os três filhos, nos mês passado não recebeu nada. "O que tinha a receber não deu para pagar a comida, fiquei devendo quarenta mil pro seo Edevaldo (o gato)", reclama ele. Em mais de duas décadas de trabalho garante que só conseguiu comprar comida. "Meu único sonho é que Deus não me dê mais dívida. Não sou livre para sair daqui porque estou sempre devendo para o seo Edevaldo. É só por causa da minha honestidade que eu fico aqui, enriquecendo gente que a gente nem conhece", afirma Evaristo<sup>17</sup>.*

16. PARO, Vítor Henrique. *Administração escolar - introdução crítica*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p. 44.

17. PAMPLONA, Gleides. *Trabalha, escravo. Isto é*. São Paulo, 1283: 35, 04-05-94.

Outra característica do modo de produção capitalista, através da divisão técnica do trabalho, ou divisão pormenorizada do trabalho, é a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a separação entre a concepção e a execução. A unidade passa, então, da esfera individual do trabalhador para uma esfera grupal, sob o domínio do capitalista.

*Ao dividir o ofício em seus elementos mais simples, a produção capitalista está, ao mesmo tempo, promovendo a desqualificação do trabalhador. Este (...) passa a exercer, no processo capitalista de produção, apenas uma tarefa parcelar e repetitiva que lhe exige, além da destreza física - e, ainda assim, limitada a operações muito restritas -, uma participação intelectual que fica pouco acima do nível requerido pelo trabalho animal. (...) Assim, sob as condições capitalistas de produção, verifica-se claramente, não apenas a desqualificação profissional do trabalhador, mas também a desumanização de seu trabalho, já que este, sob tais condições, apresenta-se apenas como uma parte daquilo que se possa chamar com segurança de trabalho especificamente humano<sup>18</sup>.*

A atividade do trabalhador passando a ter caráter meramente repetitivo, transforma-se em uma práxis burocratizada, conservadora, que propicia a cristalização dos princípios e dificulta a busca de soluções novas para os problemas<sup>19</sup>.

Esta situação de exploração pode ser alterada, devendo esta transformação social estar comprometida com a própria superação do modo como está organizada a sociedade, constituindo-se no objetivo fundamental do materialismo histórico.

## 2. A SUPERESTRUTURA

Além da estrutura, ou infra-estrutura, há, na sociedade, a superestrutura, que se refere às instituições jurídico-políticas, ao Estado, ao direito, e às formas de consciência social, ou melhor, ao nível ideológico.

A superestrutura não é autônoma, não aparece por si mesma, mas tem fundamento nas relações de produção social. Em consequência disto, qualquer conjunto particular de relações econômicas determina a existência de formas específicas de Estado e de consciência social, que são adequadas ao seu funcionamento. Qualquer transformação na base econômica da sociedade leva a uma transformação da superestrutura.

MARX, no Prefácio do seu "Contribuição à crítica da economia política" nos diz:

*Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que corres-*

18. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 62.

19. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 69-70.

*pondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral*<sup>20</sup>.

O caráter da relação entre estrutura e superestrutura é bem complexo. Esta relação, longe de ser uma forma de reducionismo econômico, é histórica, desigual e compatível com a eficácia própria da superestrutura. Ela não é considerada como simples reflexo passivo, mas como dotada de certa eficácia própria.

A superestrutura, no dizer de GRAMSCI, é composta de duas instâncias, dialeticamente interligadas, mas com características próprias. São elas:

a) a sociedade política, ou Estado em seu sentido restrito, que congrega o conjunto de atividades, da sociedade, relacionadas com a função de comando, de domínio direto, enfim, com a coerção;

b) a sociedade civil, composta dos organismos<sup>21</sup>, que ele chama de “privados”, que correspondem à função de hegemonia e cujo ponto principal é a persuasão<sup>22</sup>.

*(...) essa divisão funcional deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel das organizações é mais fluido do que parece. Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação*<sup>23</sup>.

No que se refere à sociedade política, a classe dominante utiliza os mecanismos de coerção para exercer, legalmente, o seu domínio sobre os grupos sociais discordantes. A coerção não deixa ao grupo, ou grupos, aos quais se destina, outra alternativa a não ser a submissão aos propósitos de grupo dominante. Ela é, para a classe dominante, uma garantia de acatamento à ordem estabelecida. No entanto, este consentimento só ocorre na presença da força, uma vez que na sua ausência não há continuidade do acatamento à vontade imposta.

Já, com a persuasão, o consentimento se fundará na presença de argumentos propícios ou na ausência de argumentos contrários. Ela é de fundamental impor-

---

20. MARX citado por BOTTOMORE, Tom (ed.), op. cit. p. 27.

21. A escola é um desses organismos.

22. GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 10-11.

23. PORTELLI, Hugues, op. cit. p. 32.

tância para obtenção do apoio do grupos dominados aos rumos traçados pela classe dominante e sua ação, por ser “espontânea”, permanece por períodos relativamente longos.

Portanto, a função das sociedades política e civil, na sociedade de classes, é conservar a base econômica capitalista, de acordo com os interesses da classe dominante.

*Na sociedade capitalista, sociedade política e sociedade civil têm suas atividades conjugadas no sentido de se garantir o domínio da classe que detém a propriedade dos meios de produção. Esse domínio sobre os demais grupos sociais, a classe burguesa consegue pela mediação do Estado. Este, embora se apresente como representante do interesse geral da sociedade, tem como função perpetuar as relações sociais de produção, a partir dos quais é organizado, e, ao mesmo tempo, reproduzir a divisão da sociedade em classes e garantir o poder de uma classe sobre as demais<sup>24</sup>.*

O Estado, pois, neste sentido, que pode ser considerado como restrito, onde pode ser identificado com as funções da sociedade política, refere-se ao conjunto de órgãos<sup>25</sup> através dos quais a classe dominante exerce a coerção sobre as pessoas e grupos que não concordam com a direção que ela procura impor à sociedade. É o que GRAMSCI chama de “Estado-coerção”.

No entanto, há um outro sentido de Estado: é o sentido amplo, ou, no dizer de GRAMSCI, a “noção geral de Estado”. Neste caso, além dos elementos coercitivos, entram elementos que são comuns à sociedade civil. “(...) neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”<sup>26</sup>.

É através da utilização conjugada e simultânea dos mecanismos da sociedade política e da sociedade civil que uma classe, pela mediação Estado, consegue manter a supremacia da sociedade.

É, também, somente através da utilização dos organismos da sociedade civil e de seus mecanismos persuasivos, que uma classe deixa de ser apenas dominante para passar a exercer, também, a hegemonia na sociedade. Ela decorre precisamente do sistema de alianças que a classe dirigente consegue estabelecer em torno de seus objetivos de classe e da adesão a eles por parte da população em geral, que os toma como se fossem seus objetivos.

---

24. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 84.

25. Estes órgãos são as forças armadas, os tribunais, a legislação, a política, etc.

26. GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 149.

*O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e os compromissos não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica<sup>27</sup>.*

A hegemonia não é ausência de poder e de autoridade. Ela é a capacidade de dirigir, de conquistar, necessitando de seus elementos diretivos tanto para sua implantação, quanto para a sua manutenção<sup>28</sup>.

A hegemonia de uma classe social, na prática, se concretiza com a difusão da ideologia dessa classe determinada.

Ideologia, aqui, deve ser entendida no sentido de concepção de mundo, que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, enfim em todas as manifestações de vida, individuais e coletivas<sup>29</sup>. Ela é a concepção de mundo da classe dominante.

*É necessário (...) distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, "desejadas". Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade "psicológica": elas "organizam" as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são "arbitrárias", elas não criam senão "movimentos" individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)<sup>30</sup>.*

As ideologias orgânicas expressam, em nível superestrutural, as relações sociais de produção que se desenvolvem sob o comando de uma dada classe social.

É por isso que

*(...) o comportamento individualista e pragmatista, característico das sociedades capitalistas modernas, que se revela no desejo generalizado das pessoas em desfrutar ao máximo da vida material imediata, competindo para "levar vantagem" em tudo diante dos outros, e valorizando o "ter", o "parecer ser" e o*

---

27. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 33.

28. JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 39.

29. GRAMSCI, Antônio. **Cartas do cárcere**. 3ª ed. Sel. e trad. Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

30. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 62-63.

*"aparecer" diante da opinião alheia - contradição, portanto, com os valores mais condizentes com a autenticidade e a cooperação entre as pessoas -, (...) está inexoravelmente associado ao consumismo exacerbado, que o correspondente superestrutural "necessário" da realização do valor das mercadorias pela venda, que se dá no nível da estrutura econômica<sup>31</sup>.*

É em razão desta organicidade histórica na relação entre superestrutura ideológica e estrutura econômica que os pensamentos da classe dominante são, sempre, em todas as épocas, os pensamentos dominantes.

Embora a ideologia represente os interesses de uma determinada classe social, ela é impressa pela classe dirigente e se apresenta como sendo eterna e de validade universal e como se os seus fins e interesses fossem comuns a toda a sociedade, em diferentes graus qualitativos: no mais alto está a filosofia; no mais baixo, o folclore; no nível intermediário, a religião e o senso comum.

*A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Deve-se ver como, na realidade, também não coincidem religião e senso comum; entretanto, a religião é um senso comum desagregado. Ademais, "senso comum" é um nome coletivo, como "religião": não existe um único senso comum, pois ele é também um produto do devenir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o "bom senso" que se contrapõe ao senso comum<sup>32</sup>.*

GRAMSCI, ainda, nos diz que, para distinguirmos entre filosofia e senso comum, naquela destacam-se as características de elaboração individual do pensamento, enquanto neste destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico em uma certa época, em um certo ambiente popular. Diz-nos, ainda, que toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente, ainda que restrito<sup>33</sup>.

*O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o "folclore" da filosofia e, como folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ela é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática<sup>34</sup>.*

---

31. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 87-88.

32. GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 14.

33. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 18.

34. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 143.

Nas sociedades capitalistas, a hegemonia sobre a totalidade da sociedade se completa através de uma direção intelectual e moral. Nesta situação estrutura e superestrutura interagem, formando um bloco histórico.

A estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, onde *as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma - sendo que a distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais*<sup>35</sup>.

O caráter dialético e orgânico do vínculo que existe entre estrutura e superestrutura se expressa nos grupos encarregados de fazer tal ligação: os intelectuais.

Para GRAMSCI, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham, na sociedade, a função de intelectuais. A identificação do intelectual deve ser buscada na função que exerce no contexto das relações<sup>36</sup>.

*Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...)*<sup>37</sup>.

O intelectual caracteriza-se, ao mesmo tempo, por sua ligação com a estrutura econômica, uma vez que está comprometido com os interesses da classe dominante, e pelo caráter superestrutural de sua função, no bloco histórico, uma vez que procura dar, à classe à qual está ligado, homogeneidade e consciência da própria função.

O mais importante para a determinação do seu vínculo de classe, não é a sua origem social, mas o caráter orgânico que desempenha em nível superestrutural.

O vínculo orgânico existe na medida em que as atividades intelectuais sejam necessárias ao grupo social fundamental, ao qual o intelectual se liga por sua identificação e defesa dos interesses.

*A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como o é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um*

---

35. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 63

36. GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 7.

37. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 3.

*grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). (...) Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (...)*<sup>38</sup>.

Estas atividades visam buscar a homogeneidade do grupo social fundamental, dando a seus membros a consciência da função que têm que desempenhar nos campos econômico, social e político, e levar este grupo a tornar-se hegemônico na sociedade, através da direção do bloco histórico.

GRAMSCI identifica uma hierarquia entre os intelectuais, de acordo com a natureza da atividade intelectual que exercem: no mais alto grau, estão os criadores das ciências, da filosofia, das artes; no mais baixo, os administradores e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicional, acumulada<sup>39</sup>.

Temos, pois, o intelectual criador, o organizador ou administrador e o educador ou divulgador. Estas qualidades não são inteiramente dissociáveis: criador, organizador e educador identificam-se pelo predomínio, em sua prática social, de uma dessas qualidades.

*O papel do intelectual criador, enquanto elaborador de uma nova concepção de mundo, é de importância decisiva para a classe que aspira à direção geral da sociedade. Nem por isso, entretanto, se deve minimizar a importância da ação do educador e do organizador, já que são eles os responsáveis por tarefas tão imprescindíveis quanto a disseminação da nova ideologia da classe fundamental e a organização dessa classe visando à hegemonia da sociedade*<sup>40</sup>.

### 3. UMA TEORIA COM VISTAS À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Na sociedade capitalista, o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura traz junto os antagonismos entre as classes fundamentais, permeando toda a organização da sociedade. Em conseqüência, é impossível construir-se, sob o capitalismo, uma sociedade na qual possa haver o livre desenvolvimento e a livre realização do homem, uma vez que os antagonismos de classe implicam que a satisfação dos interesses de uma classe significa a negação dos interesses de outra.

Há necessidade, pois, de que ocorram alterações profundas nesta sociedade, isto é, há necessidade de uma transformação social, cujos objetivos devem ser uma organização social onde não vigore a força e o poder de uns sobre outros,

38. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 10-11.

39. GRAMSCI, Antônio, op. cit. p. 11-12.

40. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 93-94.

mas a colaboração recíproca entre seus membros. É preciso ter, como meta prioritária, a eliminação dos antagonismos de classes que caracterizam a sociedade capitalista<sup>41</sup>.

A superação e transformação das atuais relações sociais de produção só pode ser feita através de uma revolução, produto da vontade coletiva dos homens e que promova a transformação radical de toda a ordem social vigente. No atual estágio do capitalismo, o único grupo social capaz de promovê-la é a classe operária.

Por que a classe operária?

*(...) porque o proletariado, classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria e cuja finalidade é a abolição de toda dominação de classe, não é obrigada a ocultar o conteúdo histórico de sua luta; ele é, por conseguinte, a primeira classe revolucionária cuja ideologia tem a possibilidade objetiva de ser transparente. (...) o ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade de verdade (...)*<sup>42</sup>.

Esta revolução só pode ocorrer mediatamente, através de uma reforma estrutural da sociedade. A estratégia de luta adequada para arrebatar, à burguesia, a direção da sociedade, constitui-se na conquista de espaços cada vez mais amplos no interior da sociedade civil, reservando a conquista do Estado para quando se haja obtido a concordância e a colaboração dos vários setores da sociedade civil<sup>43</sup>.

A questão desta transformação revolucionária da sociedade resume-se na criação de um novo bloco histórico, que só se consegue a partir de uma crise orgânica no atual e com a constituição de um novo sistema hegemônico. Esta crise configura um rompimento dos grupos subalternos com o sistema hegemônico dominante.

*A crise orgânica é uma ruptura entre a estrutura e a superestrutura. É a consequência das contradições agravadas com a evolução da estrutura e a ausência de evolução paralela da superestrutura: "A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer"*<sup>44</sup>

41. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 94.

42. MICHAEL LÖWY citado por GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992, p. 36.

43. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 96.

44. PORTELLI, Hugues, op. cit. p. 104-105.

A crise orgânica, no entanto, não configura, por si só, uma revolução, nem mesmo garantia de um movimento revolucionário vitorioso. A classe dominante poderá, como ocorre com freqüência, recobrar suas forças e desenvolver mecanismos de acomodação do bloco histórico, recompondo forças e alianças e se colocando novamente na direção da sociedade<sup>45</sup>.

*Embora seja verdade que "nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida implicitamente contidas em suas relações", não se pode deduzir daí um desaparecimento catastrófico dessa sociedade, quando sua função estiver terminada. Só ocorre um desaparecimento do antigo bloco histórico se a crise de estrutura gera uma crise orgânica, ou crise de hegemonia.*

*Esta crise de hegemonia é, realmente, a característica essencial da crise orgânica (...): a classe dominante não tem mais a direção das classes subordinadas, na medida em que estas rompem com os intelectuais que as representam<sup>46</sup>.*

A classe operária somente poderá impedir a recomposição dos grupos dominantes se for capaz de dirigir-se decisivamente na direção da transformação social, criando um novo sistema hegemônico sob sua direção.

Este movimento, no dizer de GRAMSCI<sup>47</sup>, dependerá do grau de homogeneidade, autoconsciência e organização alcançados pela classe trabalhadora, que pode ter identificados três momentos:

a) o econômico-corporativo, quando se sente a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não se sente a unidade do grupo social mais amplo;

b) um segundo momento é quando se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre os membros do grupo, mas, ainda, apenas no campo econômico<sup>48</sup>;

c) um terceiro momento é quando se adquire a consciência de que os próprios interesses superam o círculo corporativo, para tornarem-se interesses de outros grupos subordinados. Este é o momento mais político, quando se dá a passagem da estrutura para as superestruturas complexas<sup>49</sup>.

---

45. O capitalismo já teve sua morte anunciada várias vezes e, no entanto, ressuscitou outras tantas.

46. PORTELLI, Hugues, op. cit. p. 105.

47. GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 49-50.

48. Este é o momento em que, mesmo sendo colocada a questão do Estado, visa-se apenas alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se a participação na elaboração da legislação, na administração, etc.

49. É o momento em que as ideologias transformam-se em partidos, entram em choque e em luta, até que uma delas tende a prevalecer.

Para a criação de um novo sistema hegemônico, há necessidade, pois, de uma tomada de consciência política por parte dos integrantes da classe operária.

A passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) para o ético-político, recebe, de GRAMSCI, a denominação de catarse:

*(...) isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do "objetivo ao subjetivo" e da "necessidade à liberdade". A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-o em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas. A fixação do momento "catártico" torna-se, assim, (...) o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético<sup>50</sup>.*

Esta consciência crítica dos integrantes da classe trabalhadora somente ocorre com uma ação intencional organizativa, através da presença, imprescindível, do intelectual.

O intelectual, o novo intelectual, que interessa à classe operária, é aquele que se eleva, no dizer de GRAMSCI, à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece sempre especialista e não chega a ser dirigente, isto é, especialista mais político<sup>51</sup>.

A nova concepção de mundo emerge, assim, como autoconsciência crítica da classe operária, constituindo-se como fundamento de uma reforma intelectual e moral, que precisa ser feita vinculadamente com a transformação econômica da sociedade.

Esta reforma intelectual e moral é uma das tarefas fundamentais do Partido Político, o moderno príncipe, ligado à classe operária<sup>52</sup>.

*Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção de mundo. (...) O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna<sup>53</sup>.*

---

50. GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 53.

51. GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 8.

52. GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

53. GRAMSCI, Antônio. **Ob. cit.** p. 8-9.

Esta reforma passa pela apropriação do poder coercitivo, isto é, do Estado em seu sentido restrito, apenas como meio para a sua completa dissolução e instauração da sociedade regulada<sup>54</sup>.

Ela exige a remoção das fontes de antagonismo social, como a propriedade privada dos meios de produção e a organização da sociedade em classes antagônicas.

Para a instauração desta sociedade regulada, a educação de um modo geral e, em particular, a escola têm um papel fundamental.

#### 4. A EDUCAÇÃO

No contexto da transformação social, onde se procura construir um novo bloco histórico sob a direção da classe operária, a educação tem um papel fundamental, na medida em que é capaz de servir de instrumento em poder dos grupos dominados para a superação da atual sociedade de classes. Assim, a questão da educação inscreve-se no contexto mais amplo das relações entre educação e política.

Educação e política devem ser entendidas como manifestações da prática social própria da sociedade de classes. Elas têm uma dependência recíproca<sup>55</sup>, mas com um primado da política, já que vivemos em uma sociedade dividida em interesses antagônicos<sup>56</sup>.

A educação revela-se como elemento de transformação social:

a) no caráter pedagógico que a luta da classe trabalhadora assume em seu esforço de construção de um novo bloco histórico, quando procura convencer os diversos grupos sociais da universalidade e validade de seus propósitos;

b) em seu caráter intrínseco de apropriação do saber historicamente acumulado, quando a classe operária se apodera da ciência, da filosofia, da tecnologia, enfim de todas as conquistas culturais da humanidade e que, atualmente, se concentram nas mãos da minoria dominante.

---

54. Momento último ou ponto de chegada da dissolução do Estado, quando as intervenções coercitivas e autoritárias cessarão, havendo uma auto-regulação social (MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação. Da antiguidade aos nossos dias**. Trad. Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990, p. 227-8).

55. A educação depende da política, por exemplo, no que se refere à definição de prioridades orçamentárias para a expansão dos serviços educacionais, enquanto a política depende da educação, por exemplo, na difusão de elementos básicos que possibilitem a difusão de propostas políticas, a formação de quadros para os partidos, etc.

56. SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 19ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987, p. 89.

Na sociedade moderna, o montante e a complexidade do saber produzido é tal que já não se pode mais imaginar que alguém o detenha todo, ou mesmo um grupo. Daí haver a necessidade da existência de instituições formalmente indicadas para a sua transmissão e apropriação. Entre estas instituições está, destacadamente, a escola, cuja especificidade é esta transmissão de forma sistemática e organizada.

A existência da escola é, pois, irreversível nesta sociedade, pois contar apenas com a educação informal equivaleria, por exemplo, a voltar a produzir exclusivamente em casa as peças de vestuário, a alimentação, etc.<sup>57</sup>

A escola, atualmente, procura atender, em primeiro lugar, aos interesses da classe dominante: a escola capitalista serve, antes de mais nada, ao capitalismo. Aliás, foi com a ascensão da burguesia ao poder que a escola ganhou grande importância, generalizando-se por toda a sociedade, com a construção dos sistemas escolares nacionais e com o princípio liberal do direito de educação por parte dos cidadãos e do dever do Estado de provê-la a toda a população<sup>58</sup>.

Com relação à estrutura econômica, a escola tem como papel dotar os indivíduos dos requisitos intelectuais indispensáveis ao exercício de uma função no campo de produção. Este sistema produtivo não tem, como possa parecer, uma dependência decisiva do sistema escolar, mas tem necessidade de que a escola dê uma educação mínima à maioria da população, que consiste na apreensão de alguns conhecimentos e no desenvolvimento de comportamentos e habilidades propícios à sua integração no mercado de trabalho. Portanto, este período de escolarização pode ser extremamente curto<sup>59</sup>.

No entanto, a uma pequena minoria, integrantes da classe dominante, a escola tem por responsabilidade dar uma formação sólida e prolongada.

No terreno da superestrutura, a escola funciona como mecanismo de disseminação da ideologia da classe dominante.

Esta educação escolar, na medida em que foi sendo generalizada, contraditoriamente, propiciou aos grupos subalternos instrumentos intelectuais que lhes possibilitaram enxergar de modo mais nítido seus próprios interesses de classe, passando a lutar por eles. A escola revelou-se, assim, um local onde a obtenção de apoio às propostas da classe burguesa não se dava de maneira tão segura e definitiva como se imaginava. Com isso, decresceu o entusiasmo da classe dominante pela generalização indiscriminada da educação escolar<sup>60</sup>.

---

57. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 106.

58. SAVIANI, Dermeval, op. cit.

59. Não é isto que a nossa escola faz, hoje, com os seus altos índices de reprovação e de evasão?

60. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 108.

Este desinteresse crescente pela generalização da educação, por parte da classe dominante, pode ser visto de várias formas:

a) pela quantidade limitada de recursos que são destinados à educação, em particular à escola pública fundamental;

b) pela atribuição à escola de funções que nada têm a ver com a sua especificidade, como distribuição de alimentos (merenda escolar), cadastramento eleitoral, campanha contra a cólera, etc.;

c) pela articulação política dos métodos pedagógicos com idéias e medidas que levam à minimização do saber passado à população em geral, às massas.

Com isso, a escola serve aos interesses dominantes, contribuindo para a negação do saber escolar, na medida em que, na prática, favorece o empobrecimento ainda maior dos conteúdos e a redução do espaço de participação crítica do professor e dos alunos.

Mesmo com todo este desinteresse, a escola não pode ser totalmente negada pela sociedade, que tem necessidade dela para:

a) reprodução da força de trabalho e inculcação da ideologia. Embora o papel da escola na reprodução da força de trabalho e na inculcação ideológica não seja sua exclusividade e nem tampouco tão decisivo para a perpetuação da atual ordem social, a verdade é que ela presta, a este respeito, uma contribuição tão grande que a classe dominante dela não abre mão;

b) servir como álibi no processo de justificação ideológica das desigualdades sociais geradas no nível da estrutura econômica e impossíveis de serem solucionadas pelo capitalismo. Neste contexto, a escola é apresentada como um instrumento de equalização social, uma vez que, através dela, os indivíduos poderiam ascender na escala social. Ressalte-se que a escola não possui esse poder de corrigir as injustiças provocadas pela ordem capitalista<sup>61</sup>.

Ela, também, não pode ser totalmente negada em razão de sua valorização pela população, que não está interessada na desescolarização. Quem nega o valor da escola são os que já dela se beneficiaram, os escolarizados, enquanto que os desescolarizados estão nela interessados<sup>62</sup>.

Portanto, não podendo negar a existência da escola, a classe dominante procura fazê-la de modo a atender aos seus interesses, isto é, distribuindo desigualmente o saber e ratificando, assim, as diferenças sociais inerentes à sociedade capitalista.

61. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 110.

62. SAVIANI, Dermeval, op. cit. p. 72.

Assim, enquanto uma pequenina parcela da população, integrante das classes privilegiadas, tem uma educação de boa qualidade, a escola da grande maioria sobrevive em meio a carências e problemas de toda ordem, com um muito baixo nível de ensino. É deste modo que esta escola favorece a manutenção da atual ordem econômica e social.

Como, então, deve ser a escola como instrumento de transformação social?

GRAMSCI nos propõe a sua escola única ou unitária<sup>63</sup>. Esta será uma escola que lutará contra o folclore, para difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e essenciais são dados pela aprendizagem da existência das leis da natureza, para serem dominadas, e das leis civis e estatais, produto da atividade humana, para serem transformadas visando ao desenvolvimento coletivo<sup>64</sup>.

Formará a todos como dirigentes, isto é, homens que passarão da “técnica-trabalho” à “técnica-ciência”, anulando a separação entre o intelectual e o manual. Ela, sendo uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não restringirá a inteligência de seus alunos, não lhes deformando a consciência. No entanto, será uma escola de disciplina, autoridade e coerção<sup>65</sup>.

Registre-se que as virtudes acima indicadas, apreciadas por GRAMSCI, não são um fim para o homem, mas são necessárias porque o preparam para viver numa sociedade regulada. Não são virtudes determinadas arbitrariamente pelo educador, mas exigências da situação histórico-social e da organização do trabalho mental. O aluno se fatiga no seu estudo, pois é necessário que isso aconteça para que ele aprenda. Deve-se entender que o estudo é também um trabalho, por sinal muito fatigante: é um processo de adaptação, um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e muito sofrimento<sup>66</sup>.

Pode parecer estranha a defesa, por GRAMSCI, da coerção na escola, porém, deve-se registrar que ela nada tem a ver com o autoritarismo, mas é uma auto coerção educativa, que deve ser desejada e aceita pelo aluno. Esta questão está ligada à idéia de liberdade, que é um modo de comportamento do indivíduo através de responsabilidades: liberdade e responsabilidade estão sempre juntas<sup>67</sup>.

---

63. Gramsci utiliza as expressões escola única e escola unitária, para designar o mesmo tipo de escola (JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 109).

64. MANACORDA, Mário Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Trad. William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 243.

65. JESUS, Antônio Tavares de, op. cit. p. 108.

66. GADOTTI, Moacir., op. cit. p. 73-74.

67. GADOTTI, Moacir., op. cit. p. 73.

Voltando à escola como instrumento de transformação social, queremos dizer que ela deve caracterizar-se pelos seguintes princípios:

1. o Estado deve assumir o encargo pedagógico, pois é somente com a educação pública que se pode acabar com as divisões de grupos e castas;

2. os recursos, especialmente os humanos e, em particular, o corpo docente, devem ser ampliados, pois a escola é mais eficiente quanto maior for a relação entre professor e aluno;

3. deve existir um elo entre a escola e a vida, conseguido pela superação de um ensino puramente dogmático e por um trabalho criador, autônomo e independente<sup>68</sup>.

Temos, então, o modelo de escola, onde há o equilíbrio dialético entre professores e alunos: é a escola única de cultura geral humanística, formativa, que equilibra o desenvolvimento da capacidade de trabalho manual e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. É uma escola entendida em seu significado mais amplo de transmissão de saber e não somente como lugar desta transmissão.

Então, ela deve afirmar-se como instância privilegiada de apropriação do saber, que deve levar em conta os condicionantes sociais que determinam seu funcionamento e que configuram sua localização no nível da superestrutura, como integrante da sociedade civil, mas que não está livre da interferência do Estado<sup>69</sup>.

Não sendo o local onde se realiza a transformação social, como os escolanovistas ingenuamente acreditavam, pode tornar-se um dos locais onde ela se realiza, se conseguir promover a apropriação, pelas classes trabalhadoras, do saber historicamente acumulado e o desenvolvimento da consciência crítica da realidade em que se encontram.

*A apropriação do saber é de fundamental importância para a classe trabalhadora, enquanto classe revolucionária. Uma classe que pretenda a direção da sociedade não pode ficar à margem do acervo cultural, científico e tecnológico da humanidade. (...) É aí que se coloca a importância da escola, e a necessidade de que a classe trabalhadora desenvolva esforços no sentido de que ela cumpra efetivamente sua função de levar o saber às grandes massas da população. Mas é preciso, a este respeito, afastar as concepções simplistas, que procuram negar qualquer validade revolucionária a tudo que esteja de posse da classe dominante<sup>70</sup>.*

---

68. JESUS, Antônio Tavares de, op. cit. p. 110-111.

69. Quando o Estado faz uso dos mecanismos persuasivos da sociedade civil, a escola aparece como uma das instituições que ele mantém sob sua tutela, para garantir a hegemonia da classe que representa.

70. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 113-114.

Sabemos que todo saber é ideológico, estando, portanto, articulado com os interesses da classe dominante. No entanto, isto não quer dizer que ele foi produzido por ela, nem que aquela classe arcou, historicamente, com os seus custos de produção. Durante todo o curso da História, foram as camadas de trabalhadores que, compelidos a trabalhar além do necessário à sua subsistência material, propiciaram à minoria dominante a apropriação do excedente, e, graças a este excedente, é que esta minoria encontrou condições de manter os intelectuais que, articulados a seus interesses, desenvolveram todo o saber, que foi, também, se concentrando nas mãos dominantes<sup>71</sup>.

Esta constatação nos leva a refletir como este saber é injustamente distribuído em nossa sociedade. A classe trabalhadora tem todo o direito a ele, que pode desarticular-se dos interesses da classe dominante e articular-se aos interesses da classe operária.

Ao educador esta consciência é muito importante, pois, só assim, ele poderá perceber que, embora detentor de uma saber concedido pelos dominadores, é à classe operária que ele deve vincular-se em sua função de distribuição do saber historicamente acumulado. Quando a esta consciência se alia a percepção da importância que representa para a classe operária a apreensão do saber, está configurada a verdadeira dimensão revolucionária do trabalho pedagógico da escola.

Esta articulação da transmissão do saber com os interesses da classe dominada se completa com o desenvolvimento da consciência crítica, da qual o saber é condição necessária.

*(...) o desenvolvimento de uma consciência crítica na escola deve levar em conta, preliminarmente, a própria valorização dos conhecimentos objetivos que se fazem presentes mesmo no currículo da escola capitalista. À medida que apreende as múltiplas determinações do real, o educando vai formando para si uma visão mais objetiva do mundo natural e das maneiras de abordá-lo e modificá-lo em benefício do próprio homem, afastando, assim, as concepções mágicas e mistificadas do mundo (...) Da mesma forma, na medida em que amplia seu conhecimento da realidade social, adquire condições de perceber que existem leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana, estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo. À classe dominante não interessa, entretanto, que o conhecimento objetivo da realidade social seja adquirido pelas amplas camadas da população. Por isso, esse tipo de conhecimento é o mais comprometido no interior da escola capitalista, quer através da mistificação da realidade social, quer através da sonegação pura e simples dos conteúdos que lhe dizem respeito<sup>72</sup>*

71. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 117.

72. PARO, Vítor Henrique, op. cit. p. 119.

A estratégia da classe operária, para a conquista da hegemonia social, é diferente da que a burguesia utiliza para se manter no poder. À classe operária interessa o desvelamento mais radical possível da realidade concreta, já que este conhecimento tem um caráter revolucionário, uma vez que mostra as injustiças e contradições existentes, indicando a necessidade de sua superação.

A concepção de mundo da classe trabalhadora supõe, portanto, uma consciência crítica da realidade, que vai se desenvolvendo na medida que tal concepção é divulgada.

Na escola isto pode ser feito, sobretudo nos primeiros anos de escolarização, com a valorização da ação, desenvolvendo nos alunos comportamentos de reflexão, de pesquisa, de questionamento constante da realidade. Mesmo com a possibilidade de a classe dominante coibir este tipo de ação, ela não pode negar-se à busca da verdade, que faz parte de seu discurso ideológico - e assim está aberto o caminho para a ação revolucionária.

A disseminação, na escola, da concepção de mundo da classe operária exigirá uma mudança de postura do educador frente à educação e ao seu próprio papel como transmissor dessa concepção de mundo. Esta mudança se resume em que ele cada vez mais assuma o papel de intelectual orgânico no sentido gramsciano, de representante dos interesses da classe trabalhadora. A relação educador-educando deve ser correspondente à relação que deve existir entre intelectual e massa de trabalhadores, no âmbito da totalidade social.

## 5. CONCLUSÕES

Já não se concebe uma grande dose de autonomia da educação, em particular a escola, em relação à sociedade, nem lhe cabe um papel decisivo na sua conformação, evitando sua desagregação e garantindo a construção de uma sociedade harmônica e igualitária.

A escola é determinada socialmente e, como vivemos em uma sociedade dividida em classes com interesses opostos, sofre a determinação dos conflitos de interesses que caracterizam esta sociedade.

Como já vimos, sendo instrumento de reprodução das relações de produção, ela reproduz a dominação e a exploração, decorrendo daí o seu caráter segregador e marginalizador, bem como a sua natureza seletiva.

Não podendo ser negada por esta sociedade capitalista às classes dominadas, a escola, se se articular com os interesses destas classes, pode contribuir para a transformação social, para a construção de um novo bloco histórico.

Estamos convencidos de que, para tanto, devemos procurar implantar a escola única de GRAMSCI, aquela escola onde não há separação entre teoria e prática, entre o intelectual e o manual. Uma escola de liberdade, de livre inicia-

tiva, mas, também, de trabalho, de autoridade, sem perder de vista o objetivo final de preparação para viver numa sociedade transformada socialmente, na “sociedade regulada”, no dizer do mesmo autor.

Deve ser a escola um local privilegiado de apropriação do saber e do desenvolvimento da consciência crítica da realidade presente, por todos, em especial pela classe trabalhadora.

Nisto tudo cabe um papel especial ao professor, de ser o intelectual orgânico desta classe, com a colocação de ferramentas de caráter histórico, científico, etc., que seja capaz de colocar nas mãos de seus alunos. Os conteúdos, mesmo os mais específicos de cada disciplina, não podem ser desvinculados das finalidades mais amplas.

*(...) a instrumentalização se desenvolverá como decorrência da problematização da prática social atingindo o momento catártico que concorrerá a nível da especificidade da matemática, da literatura etc., para alterar qualitativamente a prática de seus alunos enquanto agentes sociais.<sup>73</sup>*

Há a ressaltar, ainda, neste processo, o papel fundamental do Estado, que deve assumir o encargo das escolas, em especial as de nível fundamental, pois, como já dissemos anteriormente, somente com a educação pública é que se pode acabar com as divisões de grupos e castas.

É com este enfoque, aliás, que estamos procurando desenvolver nosso projeto de pesquisa sobre o processo de produção do capítulo de educação da Lei Orgânica do Município de Sorocaba.

Sabemos que, também nestes tempos neoliberais, o Estado, através de seus instrumentos (e a legislação é um deles) tem levado a escola a cumprir as suas funções na sociedade capitalista.

Sabemos, também, que, somente com o conhecimento crítico da realidade sorocabana, das influências que se exercem sobre ela, é que poderemos contribuir para que se possa caminhar para a almejada transformação social.

Sabemos, enfim, que nesta nossa posição há, ainda, muito de sonho, mas sem ele as transformações sociais não ocorrem. Sem ele não se faz educação.

Por isso, para concluir, fazemos nossas as palavras de PAULO FREIRE:

*Eu agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com*

---

73. SAVIANI, Dermeval, op. cit. p. 83.

*o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina*<sup>74</sup>.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1988. 454 p.
2. CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à história**. 7.ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. 141 p.
3. CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 3.ed. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1987. 134 p.
4. DIAS, Edmundo Fernandes. Apresentação. In : Educação e política : Gramsci e o problema da hegemonia. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 3, p. 1, 1989.
5. FREIRE, Paulo. O sonho possível. In : BRANDÃO, Carlos R. **O educador: vida e morte - escritos sobre uma espécie em perigo**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 90-101.
6. GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8.ed. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1992. 175 p.
7. GRAMSCI, Antônio. **Cartas do cárcere**. 3. ed. Sel. e trad. Noênio Spínola. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987. 420 p.
8. \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966. 341 p.
9. \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1985. 244 p.
10. \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6.ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1988. 444 p.
11. \_\_\_\_\_. **Poder, política e partido**. Org. Emir Sader. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Brasiliense, 1990. 166 p.
12. HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2.ed. Rev. Âmbro O. Barros e Antônio J. F. Ceravolo. São Paulo: Global, 1983. 296 p.
13. JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia**. São Paulo : Cortez, 1989. 132 p.
14. LOZARDO, Ernesto. Apesar dos neoliberais. **O Estado de S. Paulo**, 24 out. 1995, p. B2.
15. MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação: da antigüidade aos nossos dias**. Trad. Gaetano Lo Mônaco. Rev. da trad. Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo : Cortez: Autores Associados, 1989. p. 311-355.

---

74. FREIRE, Paulo. O sonho impossível. In BRANDÃO, Carlos R. **O educador: vida e morte - escritos sobre uma espécie em perigo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 101.

16. \_\_\_\_\_. **O princípio educativo em Gramsci**. Trad. William Lagos. Superv. e rev. técnica da trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 288 p.
17. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. 13. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 933 p. v.1-2
18. \_\_\_\_\_. Carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846. In : HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. Rev. Âmbur O. Barros e Antônio J. F. Ceravolo. São Paulo : Global, 1983. p. 274-275.
19. MELLO, Guiomar Namó de. Educação escolar e classes populares. In : ALVES, Nilda (coord.). **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1984. p. 11-22.
20. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Ideologia e intelectuais em Gramsci. **Educação & Sociedade**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 71-92, set. 1978.
21. NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2 ed. São Paulo : Cortez, 1993. 220 p.
22. NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 149 p.
23. PAMPLONA, Gleides. Trabalha, escravo. **Isto E**, São Paulo, n. 1283, p. 32-5, maio 1994.
24. PAMPLONA, Marco Antônio Villela. A questão escolar e a hegemonia como relação pedagógica. In : Educação e política: Gramsci e o problema da hegemonia. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 3, p. 2-30, 1989.
25. PARO, Vítor Henrique. **Administração Escolar - introdução crítica**. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1986, p. 35-122.
26. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990. 142 p.
27. RAMS, Alina Gonzalez. La llamada crisis del marxismo. **Revista Cubana de Ciencias Sociales**, Havana, n. 26, p. 37-41, 1991.
28. REALE, Miguel. **De Tancredo a Collor**. São Paulo : Siciliano, 1992. 350 p.
29. SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo : Livros do Tatu : Cortez, 1991. 188 p.
30. \_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. 19. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987. 96 p.
31. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986. 106 p.
32. \_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. 237 p.
33. SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de Sociologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 188 p.